

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL
E GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GMR ENERGIA S.A.**

Entre

GMR ENERGIA S.A.,
na qualidade de emissora,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,
na qualidade de agente fiduciário,

**GUILHERME SAHADE
MARCELO SAHADE
ROBERTO SAHADE
GMR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,**
na qualidade de intervenientes garantidores

e
**ANNE FRIGO SAHADE
GISLEINE GANANIAN SAHADE
SIMONE ELIZA MARTINS PEREIRA SAHADE**
na qualidade de intervenientes anuentes

São Paulo, 15 de dezembro de 2011

Handwritten signatures of the parties involved. On the right, there is a large circular stamp and a smaller rectangular stamp with the number '1' and a checkmark.

JUL 13

08 01 13

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GMR ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **GMR ENERGIA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede na Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.978.651/0001-62, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados ("Emissora");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente):

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001.91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

Como intervenientes garantidores,

(c) **GUILHERME SAHADE**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com escritório na Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.462.782-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 284.257.858-98 ("Guilherme");

(d) **MARCELO SAHADE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com escritório na Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.462.781-5 e inscrito no CPF/MF sob n.º 269.890.068-70 ("Marcelo");

(e) **ROBERTO SAHADE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com escritório na Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.462.652-5



JUL 29

08 01 12

SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 252.037.838-70 ("Roberto") (Roberto referido em conjunto com Guilherme e Marcelo como "Fiadores Pessoa Física"; e

(f) **GMR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Casa do Ator, 1117, 18º andar, sala 10, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08978651/0001-62, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("GMR Empreendimentos") (GMR Empreendimentos referido em conjunto com Guilherme, Marcelo e Roberto como "Fiadores");

E como intervenientes anuentes:

g) **ANNE FRIGO SAHADE**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Cel. Raul Humaitá, n.º 74, apto 51, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 25.328.829-5 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n.º 266.703.668-92 ("Anne");

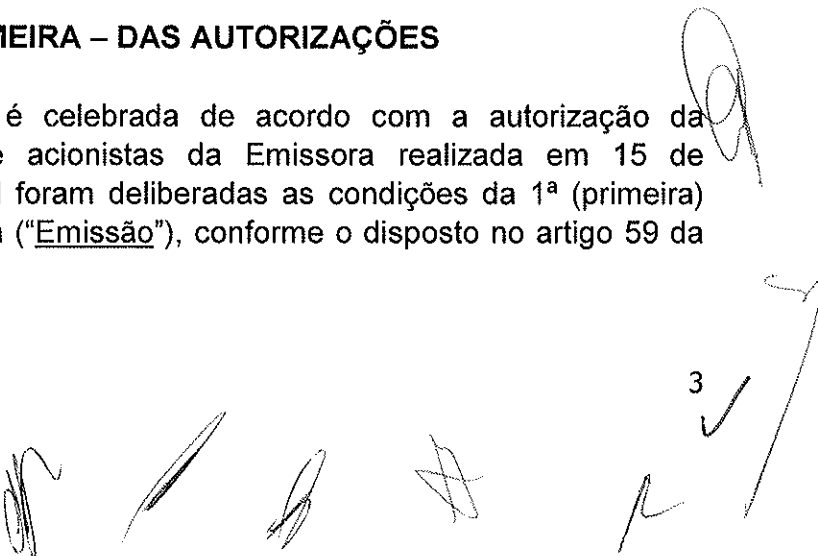
(h) **GISLEINE GANANIAN SAHADE**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Canário, n.º 130, apto. 151, Torre Canário, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 336.553-70 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n.º 269.890.068-70 ("Gisleine");

(i) **SIMONE ELIZA MARTINS PEREIRA SAHADE**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Ministro Gabriel Rezende Passos, n.º 43, apto 41, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 23.462.782-7 e inscrita no CPF/MF sob n.º 284.257.858-98 ("Simone") (Simone referida em conjunto com Anne e Gisleine como "Intervenientes Anuentes");

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energias S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 15 de dezembro de 2011 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão"), conforme o disposto no artigo 59 da



Handwritten signatures and a checkmark at the bottom of the page.

JUCESP

05 01 12

Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada observados os seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente).

2.1.2. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.3. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no jornal "O Dia", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Adicionalmente, esta Escritura de Emissão será registrada em até 10 (dez) dias nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos do domicílio dos Fiadores e do Agente Fiduciário, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

2.3.3. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário cópia da Escritura de Emissão devidamente registrada nos termos deste item 2.3. em até 3 (três) dias contados da obtenção do último registro necessário.

4 ✓

JUL 2019
05 01 12

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a subscrição, a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM 409", respectivamente), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, considerando que a Emissora esteja em dia com as obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro das Garantias Reais

2.5.1. Tendo em vista que a presente Emissão conta com garantias reais, em atendimento ao disposto no artigo 62, III da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora deverá providenciar o registro do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Penhor nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, bem como deste último no livro de registro de ações nominativas da Emissora, previamente à Data de Integralização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social participação societária em empresas geradoras de energia elétrica, bem com administração de bens próprios e empreendimentos sociais (*holding*).

3.2. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública, com esforços restritos, de Debêntures da Emissora.

Handwritten signatures and a large checkmark with the number 5.

JUL 2012

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.4. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 80 (oitenta) Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" ou "Escriturador").

3.7. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados da seguinte forma: (a) investimentos em novos projetos de energia renovável e reforço de capital de giro, especificamente na Latin America Power; (b) liquidação da Cédula de Crédito Bancário n.º 5243996 emitida em favor do Banco Bradesco S.A. em 30 de novembro de 2011, cujo saldo devedor em 14 de dezembro de 2011 é R\$146.191,00 (cento e quarenta e seis mil e cento e noventa e um reais), da Cédula de Crédito Bancário n.º 5148427 emitida em favor do Banco Bradesco S.A. em 31 de outubro de 2011 e aditada em 30 de novembro de 2011, cujo saldo devedor em 14 de dezembro de 2011 é R\$12.668.899,00 (doze milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais) e da Cédula de Crédito Bancário n.º 5265640 emitida em favor do Banco Bradesco S.A. em 7 de dezembro de 2011, cujo saldo devedor em 14 de dezembro de 2011 é R\$8.122.593,00 (oito milhões, cento e vinte e dois mil e quinhentos e noventa e três reais); e (c) o restante para reforço de capital de giro de empresas do Grupo GMR, coligadas da Emissora.

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis

JUL 19 2019

05 01 12

antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da 1ª Emissão da GMR Energia S.A. ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O público alvo da Oferta Restrita serão Investidores Qualificados, observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

4.1.3. No âmbito da Oferta, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter sua quantidade e/ou seu valor aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Contrato de Distribuição.

4.1.6. No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, dentre outras declarações.

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta

7

JUL 30
05 01 12

Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

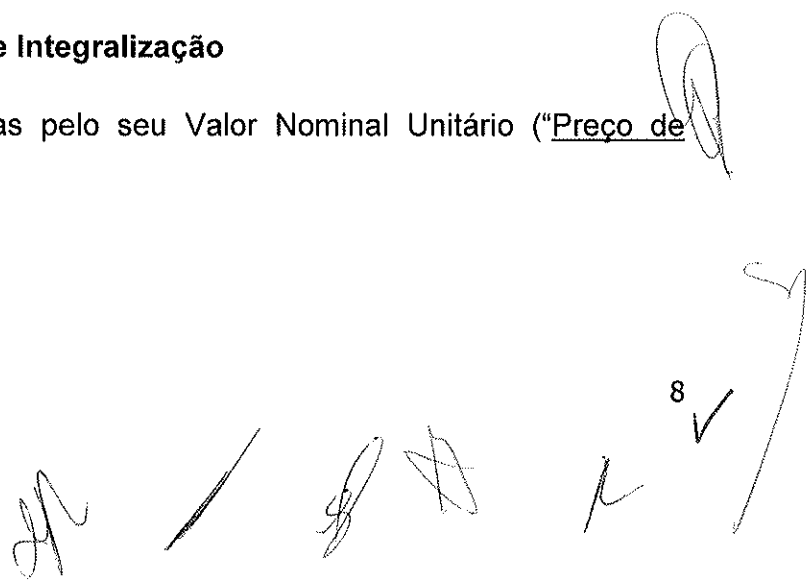
4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real, contando com a Fiança, a Cessão Fiduciária e o Penhor (conforme abaixo definidos) descrita no item 4.17. abaixo.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").



Handwritten signatures and a large checkmark at the bottom of the page.

JUCESP

05 01 12

4.6.2. Todas as Debêntures serão integralizadas em um mesmo dia, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Data de Integralização").

4.6.3. A subscrição e integralização das Debêntures está condicionada (i) ao registro desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Penhor nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos; e (ii) à averbação do Penhor nos respectivos livros de registros de ações nominativas da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão vencimento final em 30 de outubro de 2013 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em moeda corrente, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida nos termos do item 4.9 abaixo.

4.8. Amortização Programada

4.8.1. As Debêntures não serão objeto de amortização programada, sendo que o Valor Nominal Unitário será integralmente pago na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. As Debêntures renderão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data da primeira Integralização das Debêntures, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:



JUCESP

05 01 12

J valor unitário da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNe Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Fator DI produtório das Taxas DI-Over da Data de Integralização, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

JUL 2012

05 01 12

DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo;

$$Fator\ Spread = \left\{ \left(\frac{sobretaxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DUP}{252}} \right\}$$

onde:

sobretaxa 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) informado com 4 (quatro) casas decimais;

DUP É o número de Dias Úteis entre a Data da primeira Integralização e a data atual, sendo "DUP" um número inteiro;

Observações:

(i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

(ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

(iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(v) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

(vi) O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal Unitário não amortizado para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O

JUCESP

05 01 12

pagamento da Remuneração será exigível somente no final do Período de Capitalização.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data da primeira Integralização das Debêntures e termina na Data de Vencimento conforme cláusula 4.7 ou por ocasião do resgate antecipado.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão) ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

4.9.6. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.9.5. acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização.

4.9.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

JUCESP
05 01 12

4.9.8. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.5. acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.9. Os Fiadores declaram-se desde já cientes e concordam que o disposto nos itens 4.9.4. e 4.9.5 acima não importará em novação, conforme definida e regulada pelo artigo 360 e seguintes do Código Civil (confirme abaixo definido), mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definido) válida e em pleno vigor, inclusive no caso de obrigação da Emissora de resgatar antecipadamente as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.9.10. A Remuneração será paga integralmente na Data de Vencimento, qual seja, **30 de outubro de 2013** ou na ocasião do resgate antecipado ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.10.1. Caso a Data de Pagamento de Remuneração não seja um Dia Útil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

4.9.10.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Resgate Antecipado

4.10.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, promover o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Antecipado").

4.10.2. O Resgate Antecipado deverá ser comunicado aos Debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data de sua efetivação, por meio de comunicação escrita enviada pela Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário ("Comunicação de Resgate Antecipado"). A data de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil.

JUL 13

05 01 12

4.10.3. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será calculado nos termos do item 4.10.4. abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.10.4. A título de Resgate Antecipado, os Debenturistas farão jus ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração devida e não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data da primeira Integralização, e (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data de Resgate Antecipado, e (iii) de um prêmio de resgate antecipado ("Prêmio de Resgate Antecipado"), calculado de acordo com o item 4.10.5 abaixo.

4.10.5. O Prêmio de Resgate Antecipado será equivalente a um percentual sobre Valor Nominal Unitário e a Remuneração devida e não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, sendo que referido percentual será variável de acordo com o mês de realização do Resgate Antecipado, conforme o seguinte escalonamento:

Período	Prêmio
Da Data de Emissão até 15 de dezembro de 2012 (inclusive)	2% (dois por cento)
A partir 16 de dezembro de 2012	1% (um por cento)

4.10.5.1. O cálculo de que trata o item 4.10.5. acima será realizado pela Emissora e sua memória encaminhada ao Agente Fiduciário para, caso esteja de acordo, validação antes de ser realizada a Comunicação de Resgate Antecipado.

4.10.6. Em caso de Resgate Antecipado parcial, o Agente Fiduciário coordenará o sorteio das Debêntures a serem resgatadas. Neste caso, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

JUCESP
05 01 12

4.10.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.10.8. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência, com ciência do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da realização do Resgate Antecipado.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. É facultado à Emissora adquirir as Debêntures em circulação, desde que a oferta de aquisição facultativa seja aceita pelo respectivo Debenturista, (i) por preço igual ou inferior ao de seu Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou (ii) por preço superior ao Valor Nominal Unitário, nos termos do disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, observadas as restrições de negociação nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures mencionadas no item acima, caso sejam recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

4.12. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme o caso.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2. e 4.14.3. abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor

JUL 2012

05 01 12

Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Evento de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão;
- (b) descumprimento pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária prevista em quaisquer documentos relacionados com a Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a esta Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária e/ou ao Contrato de Penhor, salvo se o referido descumprimento for sanado em até 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário acerca do referido descumprimento ou no prazo de cura estabelecido no referido instrumento, quando existente;
- (c) decretação de vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, de qualquer de suas controladas existentes ou futuras, da GMR Empreendimentos, e/ou ainda da CPFL Renováveis (conforme definido abaixo) no mercado local ou internacional, obrigações estas não decorrentes desta Escritura de Emissão, cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor em outras moedas;
- (d) (i) decretação de falência da Emissora, de qualquer de suas controladas existentes ou futuras, da GMR Empreendimentos e/ou ainda da CPFL Renováveis; (ii) pedido de autofalência pela Emissora, por qualquer de suas controladas existentes ou futuras, pela GMR Empreendimentos e/ou ainda da CPFL Renováveis; (iii) pedido de falência da Emissora, de qualquer de suas controladas existentes ou futuras, da GMR Empreendimentos e/ou ainda da CPFL Renováveis formulado por terceiros não elidido no prazo legal;
- (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer de suas controladas existentes ou futuras, da GMR Empreendimentos, e/ou ainda da CPFL Renováveis independentemente do deferimento do respectivo pedido;

JUL 2012

05 01 12

(f) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de qualquer de suas controladas existentes ou futuras, da GMR Empreendimentos e/ou ainda da CPFL Renováveis;

(g) (i) decretação de insolvência dos Fiadores Pessoa Física; (ii) pedido de insolvência dos Fiadores Pessoa Física por qualquer dos Fiadores Pessoa Física não elidido no prazo legal; ou (iii) pedido de insolvência dos Fiadores Pessoa Física formulado por terceiros não elidido no prazo legal;

(h) protesto de títulos contra a Emissora, controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas e/ou contra qualquer dos Fiadores, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu valor em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, este tenha sido cancelado ou suspenso;

(i) (a) assunção de dívidas, contratação de empréstimos e financiamentos de qualquer valor pela Emissora; ou (b) assunção de dívidas, contratação de empréstimos e financiamentos pelas controladas e/ou coligadas, diretas ou indiretas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor em outras moedas, exceto para empréstimos e financiamentos no âmbito de operações imobiliárias;

(j) venda de qualquer bem, ativo, crédito, propriedade ou direito, tangível ou intangível do ativo permanente ou circulante da Emissora;

(k) caso a Emissora venha a prestar garantias fidejussórias ou reais, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, exceto a garantia atualmente equivalente a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que a Emissora prestou em 28 de dezembro de 2010 em favor de Banco Santander (Brasil) S.A na operação de crédito e financiamento para construção (plano empresário), no valor de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) desde que as condições desta garantia específica não sejam aumentadas sob qualquer circunstância;

(l) citação da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores, em qualquer ação de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data da respectiva citação, tiver sido comprovado que foi oferecida ou indicada em juízo, garantia de pagamento nos termos da lei processual aplicável;

JUL 29
05 01 12

(m) caso a Emissão, Cessão Fiduciária, e/ou a Fiança (i) seja(m) objeto de questionamento judicial, extrajudicial ou arbitral por qualquer terceiro, pela Emissora, coligadas, controladores e controladas, pelos Fiadores, pela CPFL Renováveis ou qualquer uma das partes que a tenham outorgado, com a emissão, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária, sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável), ainda que sujeito a recurso, que, a critério dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, afete o exercício de qualquer de seus direitos sob a garantia e tal decisão, sentença ou acórdão não seja revertida em sua plenitude no prazo de até 10 (dez) dias contados da data em que tenha sido pronunciada; (ii) forem anuladas; ou (iii) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas;

(n) redução de capital da Emissora, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(o) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral contra a Emissora coligadas e/ou controladas, diretas ou indiretamente e/ou contra qualquer dos Fiadores, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;

(p) caso a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos nesta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(q) modificação do controle societário direto ou indireto da Emissora, e/ou da GMR Empreendimentos ou ingresso de qualquer novo acionista no capital da Emissora, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(r) redução do valor de participação acionária da Emissora no capital social da CPFL Renováveis;

(s) cisão total ou parcial, fusão, reorganização societária ou ainda, incorporação (incluindo incorporação de ações) da Emissora em qualquer caso e/ou da GMR Empreendimentos no caso de perda do atual controle por outra companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado, quando aplicável, o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

JUL 30
05 01 12

- (t) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, inconsistentes, insuficientes ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Penhor, conforme aplicável, e/ou em qualquer documento relativo às Debêntures;
- (u) transformação do tipo societário da Emissora;
- (v) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão ressalvado, entretanto, o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e/ou no Estatuto Social da Emissora vigente na Data de Emissão com relação ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório;
- (w) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, permissões, concessões e alvarás, conforme aplicáveis, inclusive ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, salvo se tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, permissões, concessões e alvarás for comprovadamente decorrente de problemas operacionais dos órgãos competentes ou não for revertida em até 30 (trinta) dias;
- (x) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (y) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, da Fiança, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (z) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer dos Fiadores; e
- (aa) descumprimento da obrigação descrita na alínea (w) da cláusula 5 desta Escritura de Emissão.

4.14.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (c), (h), (j), (m) e (p) do item 4.14.1 acima serão reajustados, desde a Data de Integralização, pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

JUCESP
05 01 12

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q), (r), (s), (t), (u), (v), (w), (x), (y) e (z) do item 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas.

4.14.3. Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas do item 4.14.1 acima, que não estejam contempladas no item 4.14.2 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, em conformidade com o descrito na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida Assembleia Geral de Debenturistas por representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

4.14.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca do não vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.14.5. Em caso de vencimento antecipado automático das Debêntures, a Emissora obriga-se a, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento da notificação informando o vencimento antecipado das Debêntures, realizar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão.

4.14.6. Para os vencimentos antecipados não automáticos, nos termos do item 4.14.3. acima, a obrigação da Emissora de efetuar o pagamento passará a ser exigível (i) imediatamente após o recebimento de notificação de declaração de vencimento antecipado das Debêntures enviada pelo Agente Fiduciário, caso a Emissora não tenha sido intimada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, ou (ii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas.

JUCESP
05 01 12

4.14.7. O Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente a CETIP sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.8. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado ocorra por meio da CETIP, a Emissora deverá comunicar à CETIP, por meio de correspondência, com ciência do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data da realização do pagamento.

4.14.9. Para fins de apuração da conversão em outras moedas dos valores definidos nos subitens da cláusula 4.14.1. acima, utilizar-se-á, conforme o caso, a taxa de conversão divulgada pelo Banco Central no fechamento do dia da decretação do vencimento antecipado, do inadimplemento, da realização do protesto, da citação ou da prolação da decisão ou sentença judicial ou arbitral,

4.15. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados, bem como a Remuneração prevista no item 4.9. acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro-rata temporis*, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado divulgado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

4.17. Garantias

Fiança

JUESP
05 01 12

4.17.1. Os Fiadores obrigam-se, solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente com a Emissora responsáveis pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração incidente sobre as Debêntures, o Prêmio de Resgate Antecipado e os encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos dos documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes dos documentos da Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido", respectivamente).

4.17.1.1. Os Fiadores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

4.17.1.2. Os Fiadores expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e dos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.17.2. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos dos documentos da Emissão.

4.17.2.1. Na hipótese de adimplemento parcial pelos Fiadores do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Garantido, estes se comprometem a iniciar o procedimento de cobrança de seu crédito somente após a quitação total dos valores devidos aos Debenturistas, nos termos dos documentos da Emissão.

4.17.2.2. Os Fiadores poderão efetuar o pagamento do Valor Garantido em razão da Fiança, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário,

JUCESP
05 01 12

inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido em qualquer documento da Emissão.

4.17.3. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.17.4. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento integral do Valor Garantido. Os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.17.5. A Fiança é adicional e independente de qualquer outra fiança ou qualquer outra garantia entregue ou oferecida aos Debenturistas para garantir o Valor Garantido, sendo facultado aos Debenturistas exigir o pagamento de qualquer das obrigações decorrentes do Valor Garantido que vierem a ser inadimplidas pela Emissora tanto desta quanto dos Fiadores ou de outros garantidores, ou de todos os fiadores ou garantidores.

4.17.6. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.17.6.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.17.7. A Fiança descrita neste item 4.17.1 foi devidamente aprovada pelos cônjuges dos Fiadores Pessoa Física, nos termos do artigo 1.647 do Código Civil.

4.17.8. Para fins de verificação da suficiência da Fiança, foi disponibilizada ao Agente Fiduciário a documentação necessária para comprovar o valor do patrimônio líquido dos Fiadores, o qual, é suficiente para garantir mais de 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão.

Cessão Fiduciária

4.17.9. Sem prejuízo da Fiança descrita neste item 4.17., a Emissora celebrará "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), como garantia do Valor Garantido, por meio da qual

JUN 29
05 01 12

a Emissora cederá fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures (i) o direito de crédito decorrente do exercício da opção de alienação das ações de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.439.659/0001.50 ("CPFL Renováveis"), detidas pela Emissora e pelos Fiadores Pessoa Física, nos termos da cláusula 16.3 e seguintes do acordo de acionistas firmado em 24 de agosto de 2011 entre a CPFL Renováveis, a Emissora e outros acionistas ("Acordo de Acionistas"); (ii) a totalidade dos recursos depositados na conta vinculada de titularidade da Emissora n.º 8406-9, no Banco Bradesco S.A., agência 2372-8, onde também serão depositados os recursos oriundos do exercício da opção de alienação das ações de emissão da CPFL Renováveis, detidas pela Emissora e pelos Fiadores Pessoa Física, nos termos do Acordo de Acionistas; e (iii) os recursos recebidos pela Emissora e pelos Fiadores Pessoa Física com a venda das ações de emissão da CPFL Renováveis na oferta pública inicial de ações da CPFL Renováveis ("Cessão Fiduciária" e "Eventos de Liquidez", respectivamente).

4.17.10. Observados os termos do Contrato de Cessão Fiduciária, integram a Cessão Fiduciária todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem depositados na Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

4.17.11. O Contrato de Cessão Fiduciária e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto no artigo 130 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1.973 e alterações posteriores.

4.17.12. A Emissora poderá, ainda, solicitar a substituição da Cessão Fiduciária de que trata este item por outra garantia, sendo que referida substituição estará condicionada à aprovação de 2/3 (dois terços) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.17.13. O Agente Fiduciário não pôde verificar a suficiência da Cessão Fiduciária, na Data da Emissão.

Penhor

4.17.14. Sem prejuízo da Fiança e da Cessão Fiduciária descritas neste item 4.17., os Fiadores Pessoa Física celebrarão "Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças" ("Contrato de Penhor"), como garantia do Valor Garantido, por meio da qual os Fiadores Pessoa Física se comprometerão a empenhar em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações de emissão da Emissora e detidas pelos Fiadores Pessoa Física que correspondem a 200.000 (duzentas mil) ações, na Data de Emissão, em garantia do fiel e pontual

JUL 29
05 01 12

cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ("Penhor").

4.17.15. Observados os termos do Contrato de Penhor, integram o Penhor todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às ações empenhadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Emissora, bem como eventuais novas ações de emissão da Emissora, nos termos do Contrato de Penhor.

4.17.16. A garantia real de penhor de ações será devidamente registrada nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora, em atendimento às disposições dos artigos 40 e 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e o Contrato de Penhor e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pelos Fiadores Pessoa Física no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto no artigo 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1.973, conforme alterada e no artigo 1.431 do Código Civil.

4.17.17. O Agente Fiduciário não pôde verificar a suficiência do Penhor, na Data da Emissão, sendo certo que a quantidade de ações dadas em garantia não poderá ser inferior à 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora e sua verificação ocorrerá semestralmente. Para tanto, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, ou em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre encerrado em 30 de junho de cada ano: (i) cópia de todas as atas de assembleia geral de acionistas ou de reunião de conselho de administração, conforme aplicável, realizadas no semestre anterior à verificação; e (ii) cópia do livro de registro de ações da Emissora.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser veiculados, ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "O Dia"

4.19. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Mandatário ou na sede da Emissora, se for o caso.

JUCESP
05 01 12

4.20. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social da Emissora e da GMR Empreendimentos, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (b) cópia das demonstrações financeiras completas da GMR Empreendimentos relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; (d) Extrato da Conta Vinculada na data base de 31 de dezembro do exercício anterior; e (e) declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(ii) em até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada exercício social, cópia das declarações de imposto de renda dos Fiadores Pessoa Física;

(iii) em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre encerrado em 30 de junho de cada ano, (a) cópia de seus balancetes semestrais (não auditados) relativos ao respectivo semestre; (b) cópia dos balancetes semestrais (não auditados) da GMR Empreendimentos relativos ao respectivo semestre; (c) Extrato da Conta Vinculada na data

JUCESP

05 01 12

base de 31 de dezembro do exercício anterior; e (d) declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, da data de sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(v) em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;

(vi) previamente à Data de Integralização, comprovante dos registros previstos no item 2.5.1 acima; e

(vii) em até 05 (cinco) dias contados da Data de Integralização, documentos comprobatórios da liquidação das 02 (duas) Cédulas de Crédito Bancário em conformidade com o descrito no item 3.7 desta Escritura de Emissão.

(b) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

(c) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a um dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 4.14.1. desta Escritura de Emissão;

JUCESP

05 01 10

- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação, de boa-fé, a critério dos Debenturistas, nas esferas administrativa ou judicial;
- (f) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (g) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) preparar e disponibilizar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (l) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social

JUCESP

05 01 12

- (m) manter as demonstrações financeiras referidas na alínea (l) acima em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (n) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (o) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;
- (p) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (l) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, emitido em 2 de abril de 2009.
- (q) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (r) caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (s) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (t) não proceder alteração no objeto social principal disposto no Estatuto Social da Emissora;

JUCESP

05 01 12

- (u) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (v) guardar, até a Data de Vencimento das Debêntures, toda a documentação relativa à Emissão e Oferta Restrita, e, mediante solicitação do Agente Fiduciário, entregar cópia desses documentos em até 5 (cinco) Dias Úteis da solicitação ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (w) transferir a totalidade dos recursos recebidos em virtude dos Eventos de Liquidez para a Conta Vinculada, sendo certo que tais recursos poderão ser utilizados exclusivamente pela Emissora para o pagamento das obrigações das Debêntures;
- (x) não contratar novos empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, seja por meio da celebração de contratos de empréstimo, emissão de cédulas de crédito bancário ou de qualquer outra forma, com/para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;
- (y) não constituir ou dar em garantia bens ou ativos de propriedade da Emissora;
- (z) não alterar os termos e condições do Acordo de Acionistas de forma que possa de forma, direta ou indireta, alterar qualquer um dos Eventos de Liquidez;
- (aa) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (bb) proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor
- (cc) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Penhor, no que for aplicável;
- (dd) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;

JUCESP

05 01 12

- (ee) cancelar toda e qualquer conta em qualquer instituição financeira ou instituição equiparável, inclusive no Banco Bradesco S.A., com exceção da Conta Vinculada e da conta corrente de livre movimentação ambas mantidas perante o Banco Bradesco S.A., que deverá ser mantida até o final das obrigações das Debêntures; e
- (ff) não tomar quaisquer medidas que possam questionar, desconstituir e/ou tornar o Penhor nulo, inválido e/ou ineficaz.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica, nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Penhor e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (c) aceita integralmente os termos desta Escritura de Emissão, no Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária, todas suas Cláusulas e condições;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor, do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

JUCESP

05 01 12

- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas;
- (l) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, verificou a suficiência da garantia fidejussória, porém, não pôde verificar a suficiência das garantias reais, nos termos da cláusula 4.17 acima, sendo certo que a constituição e exequibilidade das referidas garantias está condicionada aos registros mencionados nos itens 2.3.2., 2.5.1. e 5.1(a)(vi);
- (n) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor constituem obrigações legais válidas, vinculativas e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições; e
- (o) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o término das obrigações das Debêntures ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o

JUL 2012

05 01 12

término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, (i) parcela única de implantação de R\$10.000,00 (dez mil reais); (ii) parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais); e (iii) parcelas mensais de R\$ 1.500,00, sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) dia após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e os seguintes no mesmo dia dos anos e/ou meses subsequentes, conforme o caso. As parcelas anuais e mensais descritas neste item 6.4. serão devidas até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário o valor adicional de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas no evento referido na alínea (ii) acima.

6.4.1.1. Os valores adicionais devidos ao Agente Fiduciário nos termos do item 6.4.1. acima deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento, e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures para fins deste item 6.4.1.

6.4.2. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária e ao Contrato de Penhor, serão devidas ao Agente Fiduciário o valor adicional de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora de trabalho dedicado a tais alterações.

6.4.3. Os valores referidos acima serão acrescidos dos impostos que incidem sobre a prestação desses serviços, tais como impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS), CSSL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte.

6.4.4. As parcelas de remuneração serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão.

JUCESP

05 01 12

6.4.5. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, que deverão ser previamente aprovadas e posteriormente ressarcidas pela Emissora.

6.4.6. A remuneração definida no item 6.4., acima, continuará sendo devida, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os eventuais honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário, indenizações, despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

6.4.8. As despesas a que se refere este item 6.4.5. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

JUCESP

05 01 12

- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

6.4.9. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser somadas à dívida da Emissora e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça no prazo previsto, o registro desta Escritura de Emissão e averbação de respectivos aditamentos na JUCESP e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

JUN 19

05 01 12

- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como o valor das ações alienadas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar a proposta de substituição das garantias, quando esta estiver autorizada pelos debenturistas, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (j) intimar a Emissora a reforçar a garantia, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões, que estejam dentro do prazo de vigência, dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e dos Fiadores, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e dos Fiadores ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

JUL 29

05 01 12

- (ii) alterações estatutárias da Emissora e da GMR Empreendimentos ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e da GMR Empreendimentos, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do capital da Emissora e da GMR Empreendimentos;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Penhor, conforme o caso;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - a. denominação da companhia ofertante;
 - b. valor da emissão;
 - c. quantidade de debêntures emitidas;

JUCESP

05 01 12

- d. espécie das debêntures emitidas;
 - e. prazo de vencimento das debêntures emitidas;
 - f. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
 - g. eventos de vencimento antecipado, resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xi) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário.
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) na sede do Agente Fiduciário;
 - c) na CVM;
 - d) na CETIP; e
 - e) na sede do Coordenador Líder.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (s) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- (t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;

JUCESP

05 01 12

- (u) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos órgãos de imprensa previstos na cláusula 4.19. acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (v) acompanhar com o Banco Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (w) divulgar as informações referidas no inciso (x) da alínea (o) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (x) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente; e
- (y) calcular, diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.oliveiratrust.com.br.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as garantias das Debêntures, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, se as garantias não forem suficientes para o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

JUL 09

05 01 12

(e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas (a) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação; e (ii) na alínea (e) se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM n.º 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente

40



JUCESP

05 01 12

fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.9.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.9.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.9.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.9.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13.

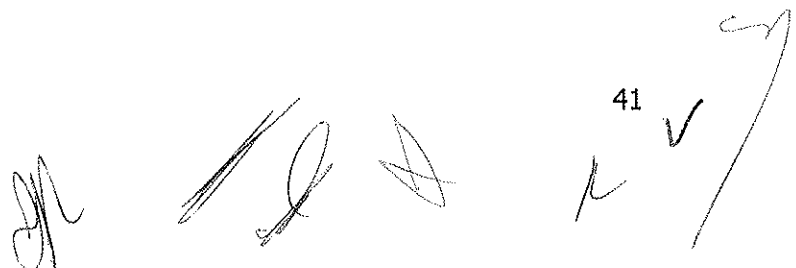
6.9.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.9.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

41



JUCESP

05 01 12

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa conforme cláusula 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias contados da nova publicação do edital de convocação

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo obrigatória nos casos de requerimento expresso de sua presença pelo Agente Fiduciário.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

JCESP

05 01 12

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas.

7.13. Alterações (i) nas datas de pagamento de principal e juros das Debêntures; (ii) na Remuneração, exceto na hipótese do item 4.9.6. acima; (iii) na Data de Vencimento das Debêntures, (iv) nos Eventos de Inadimplemento; (v) nas garantias que possam alterar sua suficiência, exequibilidade, validade ou liquidez; e/ou (vi) quoruns de deliberação, deverão contar com aprovação da unanimidade dos Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

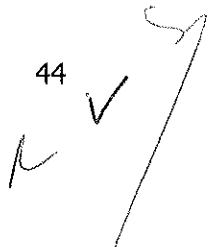
8.1. A Emissora e a GMR Empreendimentos neste ato declaram e garantem que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária, à emissão das Debêntures, à outorga da Fiança e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

JUCESP

05 01 12

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, as Debêntures, a Fiança e ao Contrato de Cessão Fiduciária não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou a GMR Empreendimentos sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou a GMR Empreendimentos, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a GMR Empreendimentos ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, a GMR Empreendimentos ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e da GMR Empreendimentos relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, bem como os balancetes semestrais (não auditados) referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano (i) são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; (ii) refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e da GMR Empreendimentos no período; e (iii) foram, devidamente auditadas e revisadas nos termos da regulamentação aplicável;
- (h) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7. desta Escritura de Emissão;



JUCESP

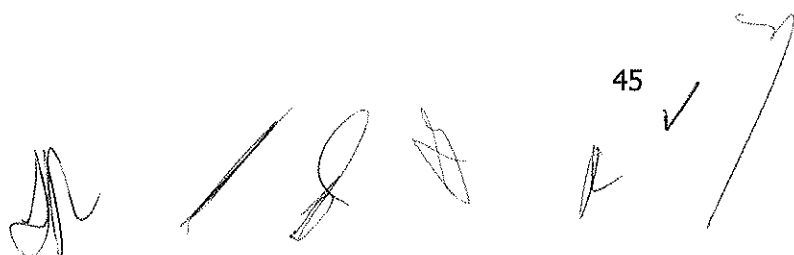
05 01 12

- (i) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) estão, nesta data, observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada;
- (k) todas as informações prestadas pela Emissora e/ou pela GMR Empreendimentos no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (l) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e à GMR Empreendimentos que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (m) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Emissora e da GMR Empreendimentos, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (n) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (o) têm plena ciência e concordam plenamente com o Penhor, bem como reconhecem sua validade.

8.2. Os Fiadores Pessoa Física neste ato declaram e garantem que

- (a) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, conforme o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, à

45



JUCESP

05 01 12

emissão das Debêntures, à outorga da Fiança e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;

- (b) têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas;
- (c) a celebração desta Escritura de Emissão, as Debêntures e a Fiança não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou quaisquer dos Fiadores Pessoa Física sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoa Física, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou os Fiadores Pessoa Física ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, os Fiadores Pessoa Física ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (d) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (e) as demonstrações financeiras da Emissora e as declarações de imposto de renda dos Fiadores Pessoa Física relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, bem como os balancetes semestrais (não auditados) referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano, conforme aplicável, (i) são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; (ii) refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e dos Fiadores Pessoa Física no período; e (iii) foram devidamente auditadas e revisadas nos termos da regulamentação aplicável;
- (f) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7. desta Escritura de Emissão;
- (g) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da

JUCESP

05 01 12

Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;

- (h) estão, nesta data, observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada;
- (i) todas as informações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoa Física no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (j) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e aos Fiadores Pessoa Física que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (k) esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Emissora e dos Fiadores Pessoa Física, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- (l) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora
GMR ENERGIA S.A.

 47 ✓

JUCESP

05 01 12

Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10
São Paulo, SP
At.: Sr. Guilherme Sahade
Telefone: (11) 4890-0020
Fac-símile: (11) 4890-0022
Correio Eletrônico: guilherme.sahade@grupogmr.com.br

Para o Agente Fiduciário

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Sala 205
Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Dezouart
Telefone: (21)3514-0000
Fac-símile: (21)3514-0099
Correio eletrônico: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br
agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário

BANCO BRADESCO S.A.

Vila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
Osasco, São Paulo
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 38641911 / 38642852
Fac-símile: (11) 36849281
Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br
/ 4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

Para os Fiadores:

GUILHERME SAHADE

Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10
São Paulo, SP
Telefone: (11) 4890-0020

JUCESP

05 01 12

Fac-símile: (11) 4890-0022

Correio Eletrônico: guilherme.sahade@grupogmr.com.br

MARCELO SAHADE

Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10

São Paulo, SP

Telefone: (11) 4890-0020

Fac-símile: (11) 4890-0022

Correio Eletrônico: marcelo.sahade@grupogmr.com.br

ROBERTO SAHADE

Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10

São Paulo, SP

Telefone: (11) 4890-0020

Fac-símile: (11) 4890-0022 Correio Eletrônico: roberto.sahade@grupogmr.com.br

GMR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Casa do Ator, n.º 1117, 18º andar, sala 10

São Paulo, SP

At. de: Srs. Roberto Sahade e Guilherme Sahade

Fax: (55-11) 3053-6133

Correio eletrônico: roberto.sahade@latampower.com /

guilherme.sahade@grupogmr.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado verbalmente pelo receptor. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá

JUCESP

05 01 12

novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ("Dia Útil").

10.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 8 (oito) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



São Paulo, 15 de dezembro de 2011

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]



50



JUCESP

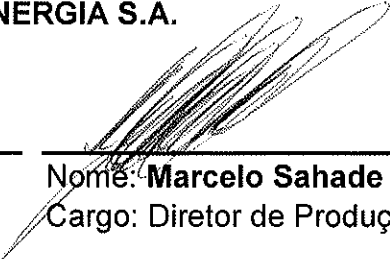
05 01 12

Página de assinaturas 01/06 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energia S.A.

GMR ENERGIA S.A.



Nome: **Guilherme Sahade**
Cargo: Diretor Presidente



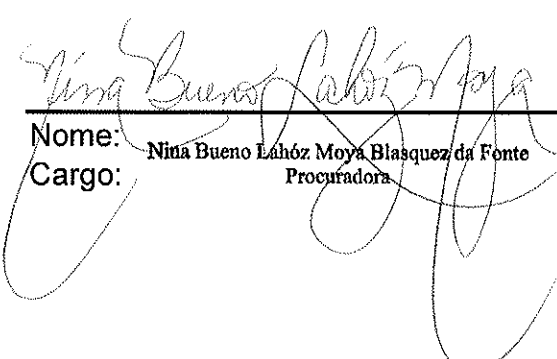
Nome: **Marcelo Sahade**
Cargo: Diretor de Produção

JUCESP

05 01 12

Página de assinaturas 02/06 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energia S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: Nina Bueno Láhóz Moya Blasquez da Fonte
Cargo: Procuradora



Nome: Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Cargo: Procurador

JUCESP

05 01 12

Página de assinaturas 03/06 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energia S.A.



GUILHERME SAHADE

De acordo cônjuge:



SIMONE ELIZA MARTINS PEREIRA SAHADE

JUE 30

05 01 12

Página de assinaturas 04/06 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energia S.A.

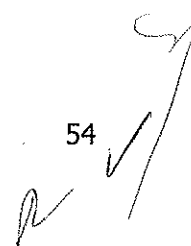


MARCELO SAHADE

De acordo cônjuge:



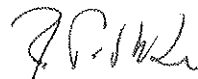
GISLEINE GANANIAN SAHADE



JUL 30

05 01 12

Página de assinaturas 05/06 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energia S.A.



ROBERTO SAHADE

De acordo cônjuge:



ANNE FRIGO SAHADE



55



JUCESP

05.01.12


Página de assinaturas 06/06 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da GMR Energia S.A.

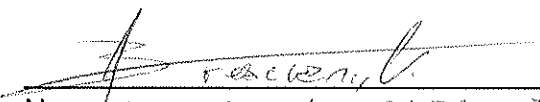
GMR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: **Guilherme Sahade**
Cargo: Diretor


Nome: **Cláudio Ribeiro**
Cargo: Diretor

Testemunhas:


Nome: **GABRIELLE NAUMANN**
CPF: 350.897.678-58


Nome: **ULISSES DE ALMEIDA PRADO BRESCIANI**
CPF: 389.705.178-80

